

CONFERÊNCIA

ASPECTO ATUAL DOS GRANDES PROBLEMAS DA HISTÓRIA DE ROMA (1)

Qual é o primeiro romano que conhecemos? Dêle só possuímos o crânio; êste foi encontrado em 1939, em Saccopastore, a três quilômetros da Porta Pia, na margem esquerda do Ânio; era um homem do tipo Neanderthal; mais ou menos contemporâneo do *elephas antiquus*, cujo esqueleto foi descoberto durante os trabalhos que revolveram os foruns imperiais, para a abertura da *Via dell'Impero*. Sem dúvida êle conheceu também o hipopótamo e o rinoceronte. Êsse Homem de Neanderthal é o representante de uma raça humana muito primitiva, com suas órbitas sálientes, com seu queixo brutal. É uma raça encontrada através de tôda a Europa e que desapareceu por ocasião da última época glacial. Êle vivia há uma quinzená mais ou menos de milênios. Um crânio muito semelhante a êsse foi encontrado no extremo sul do Lácio, no Monte Circei.

Infelizmente, após essa curiosa visão, não se pode acompanhar, nem mesmo de milênio em milênio, os progressos do povoamento. Longos períodos da vida do Lácio são completamente vazios. Após o espantoso prólogo neandertalense, não cremos que possamos ter algum habitante dessa região antes do início da idade do cobre. É possível mesmo que as erupções vulcânicas dos Montes Albanos tenham impedido as instalações humanas na planície latina até a idade do bronze. Pensamos que se deveria encontrar os estabelecimentos primitivos que precederam a chegada de Rômulo, e sobretudo êsse estabelecimento muito antigo, sôbre o Aventino ou, mais certamente ainda, no sul do Aventino, ao qual se dava o nome de Remúria, a cidade de Remo. Porque o conflito de Rômulo e Remo é, provavelmente, o arranjo lendário da batalha entre o bando de Rômulo e um velho estabelecimento indígena, anterior à própria chegada dos pastores. Como se desejaria encontrar o sítio dessa aldeia pré-histórica mais velha do que Roma...

(1). — Conferências pronunciadas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo nos dias 23 e 24 de outubro de 1950. Texto francês revisto pelo autor e traduzido pelo licenciado Moisés Rovner.

Para nós, como para os próprios romanos, é no meado do VIII século que Roma nasceu. Acabamos de ter a maravilhosa surpresa de encontrar o que resta das casas dos fundadores de Roma.

Detenhamo-nos nesse canto do Monte Palatino que domina o antigo mercado dos bois, o *Forum Boarium*; essa parte da colina chamava-se o Germal; foi aí, no cume da escada de Caco, que Rômulo fundou sua cidade.

As escavações feitas nesse local por Dante Vaglieri em 1906 tinham reconhecido traços de retoques na rocha de tufo horizontal que estava atravessada por furos; lembramo-nos de que Vaglieri nos disse então que aparentemente êsses orifícios indicavam o fundo de sepulturas em forma de poço, que teriam sido escavadas, e êle nos mostrava fragmentos de cacos idênticos aos que se encontram no cemitério arcaico do Forum; as escavações foram recomçadas por P. Romanelli em 1949; elas reconheceram o sítio de cabanas de plano grosseiramente quadrangular; um rêgo profundo as cerca, para o escoamento das águas. Os orifícios observados por Vaglieri correspondem na realidade ao local de estacas de madeira que sustentavam os muros de tijolos crus.

Eis, portanto, o local exato onde Rômulo fixou êsse bando de pastores semi-salteadores do qual êle era o chefe; as sepulturas dessa população são talvez as que Boné descobriu em 1899 em pleno Forum.

De acôrdo com a tradição antiga, estamos no meado do VIII século antes da nossa éra. Quase ao mesmo tempo aparecem os primeiros vasos gregos importados; já a povoação atraía um certo comércio. Sua riqueza era sômente de bois e de carneiros, e o Palatino devia transformar-se à noite num estábulo. Uma das portas antigas, a porta Mugônia, recebeu êsse nome dos mugidos dos bois, que, à noite, voltavam para o estábulo.

Mas êsse bando de pastores, de onde vinha? É necessário que se diga que somos obrigados a interrogar a história dos túmulos. Um problema muito grave continua a dividir os especialistas. No cemitério dos foruns romanos, encontram-se, mais ou menos contemporâneos, túmulos de inumação, e outros de incineração. A diferença dos ritos funerários tem uma significação profunda? Da nossa parte, persistimos em pensar que a marcha dos povos incinerantes através da Europa deve permitir-nos balizar a rota dos indo-europeus, queremos dizer das tribos que trouxeram e divulgaram as línguas indo-européias, às quais pertencem as nossas.

Êsse problema da origem dos indo-europeus está no primeiro plano das preocupações de nossa ciência; queremos sobretudo saber se êles possuíam um tipo particular de economia, de religião, de estrutura social; por exemplo, Dumézil pensa ter demonstrado, por pacientes trabalhos de comparação lingüística, que os indo-

-europeus possuíam uma sociedade tripartite: uma casta de guerreiros, uma de padres, uma de camponeses agricultores e operários. Ele pensa que a Roma primitiva conheceu essas três castas que corresponderiam às tribos originais de que temos os nomes: a trindade dos grandes deuses romanos, Júpiter, Marte, Quirino, atestaria de maneira evidente a trisseccção primitiva: Júpiter, deus dos padres, Marte, deus dos guerreiros, Quirino, deus dos obreiros camponeses; mas que vale essa tese tão interessante? Incorremos na vindita do autor por termos afirmado que não percebíamos nos textos latinos absolutamente nada daquilo que ele via; não existe nenhum traço histórico de uma trisseccção dos povos latinos em castas. Mas enfim, um grande problema se apresenta, e era nosso dever assinalá-lo.

Não é somente a aldeola de Rômulo, é tóda a Roma dos Reis que pouco a pouco surge aos nossos olhos. Era muito tentador, para os historiadores críticos, colocá-la no mundo da lenda. Todavia, Camille Jullian, numa dessas notas febris que publicava na *Revue des Études anciennes*, colocou um dia a Roma dos Tarquínios entre os grandes centros mercantes do VI século, como Mileto, Síbaris e Marselha. Ora, possuímos agora milhares de fragmentos de vasos gregos que provém do solo de Roma. Examinemos sobretudo as descobertas que se fizeram escavando-se, ao pé do Capitólio, no mercado dos bois, as ruínas de dois templos arcaicos: aí encontramos uma quantidade surpreendente de vasos áticos — êsses templos eram sem dúvida os templos geminados da Fortuna e da Mãe, cuja fundação a tradição atribuiu a Sêrvio Túlio. É o tempo em que Pisístrato governava Atenas, o primeiro século de expansão dos vasos áticos e das moedas com a marca da coruja. Nenhuma moeda foi encontrada em Roma: mas de onde vinham todos êsses vasos? A tradição diz que Óstia foi fundada no tempo dos Reis, mas até o presente nada a confirma. Parece, pois, provável que êsses vasos tenham vindo pelo pôrto etrusco de Cere; os etruscos estendiam então seu império até a Campânia; entre a Toscana e a Campânia, Roma foi sempre a preciosa presilha que ligava as duas jóias.

Rômulo, para atrair habitantes para sua nova cidade, abriu no Capitólio um local de asilo, ao pé do santuário de um Júpiter infernal, Veiovis. O templo foi agora encontrado, com um fragmento da estátua do deus; mas trata-se de uma restauração do fim da República.

Entre as duas guerras, tinham-se reconhecido os alicerces do Capitólio; mais recentemente, reconheceu-se a própria avenida pela qual os triunfadores subiam ao santuário.

O problema da topografia primitiva de Roma, a nosso ver, só será plenamente resolvido no dia em que se tiver encontrado de novo o templo de Jano Quirino. Sem dúvida, era uma porta da cerca primitiva aquela pela qual partiam os guerreiros, e é por isso

que ela era fechada em tempo de paz. Pensamos ter encontrado no Forum o local em que se cruzavam as duas linhas perpendiculares, uma das quais era orientada de norte a sul, e a outra, de oeste a leste, que os etruscos traçaram quando Roma foi novamente fundada por influência deles. Uma dessas linhas é a Via Sacra, que passa entre a casa do Rei e o Templo das Vestais; esta construção do espirito apenas será certa no dia em que soubermos que ela é confirmada pelo próprio sitio de Jano. Mas é um desastre, e nós o lamentamos, o fato de as escavações da *Via dell'Impero* não terem reconhecido o templo de Jano, que está certamente muito perto delas; é uma lacuna muito grave.

Diz a tradição que a Roma dos Tarquínios era circundada por uma grande muralha e cobria imenso espaço; quase não se acreditava mais na existência dêsse muro, chamado de Sêrvio Túlio, porque os principais fragmentos da muralha que se conservou são evidentemente posteriores à invasão gaulesa. Observava-se, todavia, com curiosidade, que um pequeno muro de pedras menores e muito bem feitas era, em muitos lugares, paralelo à grande muralha. Ora, está provado agora que êste pequeno muro é anterior ao muro do IV século e que, ao que tudo indica, êle remonta ao tempo dos Reis; Roma atingira desde êsse tempo a extensão que recuperou sòmente dois séculos mais tarde, após longa crise. Está mesmo provado, o que não era de esperar-se, que o muro dos Reis cercava o monte Aventino, que, entretanto, era considerado como exterior aos limites religiosos da cidade, que se chamava o *poerium*.

Finalmente, conforme a tradição, é ao segundo Tarquínio que caberia o mérito de haver iniciado a construção do templo do Capitólio; o frontão era adornado de estátuas de terracota para as quais se havia invocado Vulca de Veii. Não encontramos as estátuas de novo, mas conhecemos atualmente o escultor, pois sòmente a êle podem atribuir-se obras admiráveis que foram encontradas em Veii, um Apolo e um Hércules que disputam a posse de uma corça. O estilo é o das Jovens da Acrópole que eram chamadas Korai e iguala-as em perfeição. Fragmentos novos dêsse grupo acabam de ser encontrados. As estátuas eram colocadas distantes umas das outras, nos ângulos do telhado.

Seja-nos permitido observar qual foi a participação da escola francesa de Roma nesta obra de ressurreição. Foi a um jovem ceramólogo francês que os sábios italianos confiaram o cuidado de classificar os cacos gregos encontrados em Roma; a cronologia rigorosa por êle estabelecida será a base da cronologia da Roma dos Reis. Foi um de nossos discípulos que, observando no Aventino que a muralha do IV século estava superposta ao muro de pedras menores, chamadas de *capellacio*, pôde demonstrar que êsse muro era o da Roma dos Reis. Outro nosso aluno teve a sorte, que invejamos, de fazer sondagens no local que se presumia ser o do

templo de Jano. Verificamos recentemente que êle localizara bem sua pesquisa, mas que lhe foi impossível atingir as camadas profundas. E foi ainda um dos nossos alunos que, escavando na Etrúria perto de Bolaena, soube distinguir uma vasta muralha desconhecida, que só pode ser a de Volsinii, capital da liga etrusca, cuja exata localização continuava sendo objeto de infindáveis controvérsias.

É verdadeiramente admirável que êste local de Roma, retocado por tantos trabalhos gigantescos, tenha conservado para nós o testemunho da Roma real. Não é inútil saber que uma delicada civilização brilhava em Roma no VI século; Roma participou, portanto, dêsse maravilhoso progresso que renovou então as correntes de pensamento na Eurásia. Porque êste século é aquêle em que, ao que parece, Confúcio ensinava na China e Buda na Índia, Zoroastro no Turquestão, Orfeu na Trácia, Pitágoras na Itália; é o tempo em que os tiranos destruíam os privilégios das aristocracias, pois foi certamente essa a significação dos governos de Pisistrato em Atenas, Periandro em Corinto, Policrates em Samos e Tarquinio em Roma.

O VI século viu o apogeu dos etruscos; o enigma dêsse povo não está resolvido; dêle possuímos uma dezena de milhares de inscrições que, para dizer-se a verdade, são quase tôdas funerárias, estando sua decifração apenas esboçada. As hipóteses mais contraditórias sôbre a origem dos etruscos conservam seus partidários: são indígenas italianos, segundo Schuchardt ou Pallottino, invasores vindos pelos Alpes, segundo Helbig, imigrantes oriundos da Ásia Menor, segundo Ducati, em conformidade com a tradição de Heródoto. Chegaram à Itália ao tempo da guerra de Tróia, isto é, pelo século XIII antes da era cristã, conforme estudo bem recente de Jean Bérard. Não chegaram muito antes do ano 700, na opinião de Ducati, que, assim, concorda com uma tese que apresentamos muito antes dêle.

Consideramos como certo serem os etruscos um povo misto; encontram-se entre êles grupos cujas tumbas em forma de urnas-cabanas são idênticas às dos latinos; reconhece-se na Toscana a penetração de tribos vindas da Grécia, que desembarcaram na costa adriática; aí se reconheceriam mesmo verdadeiras colônias gregas, como em Pisa, mas isso não é o essencial. A unidade do povo etrusco deve-se à chegada de imigrantes orientais oriundos da Ásia Menor, provavelmente da Cilícia. Mostramos recentemente que os livros etruscos, dos quais nos foi conservado um exemplar, deviam ser do tipo babilônico. Eis como fizemos essa demonstração: um calendário para se interpretar o trovão nos foi conservado sob o nome de um contemporâneo de Cícero, o pitagórico Nigídio Figulo, que teria traduzido um documento etrusco; êsse texto foi sempre considerado muito suspeito. Ora, ao ribombar o trovão perto de Roma, pouco depois de Cícero ter regressado do exílio, foram

consultados os padres etruscos; temos o texto da resposta deles, que, evidentemente, se inspira num calendário idêntico ao de Nigidio. Este é, pois, indiscutivelmente autêntico. Ora, ele mesmo é de tipo idêntico ao dos calendários encontrados em Ninive na biblioteca de Assonitanipal e que datam mais ou menos do VIII século. É quase necessário admitir que os etruscos trouxeram para a Itália livros do tipo babilônico.

Julgamos, aliás, que não há nada que prove a chegada desse povo oriental à Toscana antes de se avizinhar o ano 700. A migração etrusca é contemporânea da das primeiras colônias gregas ou é mesmo pouco posterior a elas. Esta migração explica-se, aliás, sem dúvida, pelas terríveis devastações feitas nesse tempo na Ásia Menor pela invasão dos cimérios, povo de origem asiática.

Se realmente um povo originário do Oriente trouxe para a Itália parcelas da civilização babilônica, devemos levar em conta esse fator bem curioso da civilização chamada latina; de fato, bem sabemos que o fígado de bronze de Piacenza, destinado à instrução dos arúspices, é muito semelhante a fígados encontrados entre os hititas e os babilônios. E os demônios etruscos da Morte fazem lembrar os demônios babilônicos; os historiadores não determinaram ainda todas as conseqüências dessa longínqua influência da Babilônia sobre os etruscos e, por intermédio destes, sobre Roma.

A esse período brilhante do VI século seguiu-se na Itália um declínio; vimos renascer a Roma dos Tarquínios, procuramos inútilmente dissipar as nuvens que envolvem a história de Roma desde a queda dos Reis até à época que se seguiu imediatamente à invasão gaulesa. Os vestígios arqueológicos que se podem datar do V século são tão raros em Roma, que, por vezes, afirmou-se que as campas do V século não foram novamente encontradas. Estamos inclinados a crer que foram encontradas, mas que não se lhes pode atribuir datas, porque elas não encerram vasos gregos e porque os objetos que nelas se encontram não assinalam nenhum progresso técnico.

Constitui para nós grande surpresa observar este verdadeiro hiato entre o ano 470 e o ano 360 mais ou menos. É, todavia, a época em que a arte grega atinge o apogeu, o tempo em que foram construídos e decorados o templo de Zeus, em Olímpia, o Partenão, de Atenas, também o tempo dos admiráveis dramas dos grandes poetas trágicos e do delicioso Heródoto, que, a meu ver, forneceu aos historiadores de todos os tempos um modelo que eles esquecem em demasia. É também o tempo de Praxiteles, de Aristófanos e do homem cuja ação sobre o pensamento humano foi mais eficaz que a de qualquer deus: Platão. Esse período parece ser, no Ocidente, estéril e morto. Convém observar que esta nota não se aplica unicamente a Roma, valendo, no Ocidente, para todo o mundo bárbaro. Ela se verifica, na Gália, nas escavações da

Provença, e só se pode explicar pela interrupção das relações comerciais entre o leste e o oeste do Mediterrâneo. De fato, parece que assistimos em Roma a uma volta da barbárie. Tudo se passa como se Cartago e Corinto, donas dos estreitos da Sicília, tivessem dificultado o comércio das cidades concorrentes e, especialmente, de Atenas. Dêsse modo se explicaria a guerra do Peloponeso, que constitui, principalmente, um esforço feito por Atenas para ter acesso aos mercados do Ocidente.

Esta aparente barbárie, porém, esconde um profundo trabalho interno em torno do qual começou a constituir-se em redor de Roma um Estado Camponês de todo diferente do tipo primitivo da Cidade. O porvir pertencia a êsses Estados camponeses semi-bárbaros, na Macedônia e em Roma.

Não insistiremos quanto a êste período, que é aquêle em que foi fundado o Tribunado da Plebe, em que foram redigidas as XII Tábuas, o primeiro Código escrito de Roma. É evidente que a tradição histórica é enganadora e que a ausência de qualquer documento arqueológico, de qualquer inscrição, nada nos permite pôr em seu lugar. É, por enquanto, uma lacuna muito grave.

O documento essencial que temos para a história dêsse período é a lista dos magistrados, dos cônsules, que chamamos os *Fastos*. Qual o valor dessa lista? Mommsen nela depositava incondicional confiança; a maioria dos sábios modernos segue-lhe o exemplo. Estamos convencidos, da nossa parte, de que assiste razão aos que a consideram uma falsificação tardia. Eram os Pontífices que mantinham em dia a crônica dos acontecimentos de Roma. Mas desde quando? Não antes de 296, na opinião de Jules Beloch. É preciso ir mais longe. É também por essa mesma data que foi redigida a primeira versão da história romana dos tempos mais remotos. É fácil dar a prova disso. Todos os magistrados de Roma, do fim do IV século, se atribuíram ilustres antepassados. Júnio Bruto atribuiu a um pseudo-ascendente a qualidade de primeiro cônsul de Roma. Ápio Cláudio, o grande cônsul de 312, tornou-se chefe dos decênviros de 450. Após o ano de 296, porém, tudo muda: os novos cônsules, Fabriciano, Cúrio, Coruncânio, não puderam atribuir-se antepassados. Aparentemente, os *Fastos* haviam, desde essa época, tomado a sua forma quase definitiva.

Não se pode exagerar a importância do trabalho realizado mais ou menos no ano 300 por êsses grandes homens, os primeiros romanos, cuja figura entrevemos, que são algo mais que nomes, Ápio Cláudio, que construiu a Via Ápia, Flávio, editor do calendário Ogúlnio, que, no dizer de Tito-Lívio, pôs os meninos sob os úberes da Lôba, Volúmnio, êsse grande etrusco de Perúgia, amigo de Ápio, que teve seu lugar entre os cônsules de Roma.

Flávio, editor do calendário. Possuimos a lista das grandes festas de Roma, lista que, desde Mommsen, é denominada calendário de Numa; acredita-se que êle seja anterior à fundação do

Capitólio, porque nele não se encontram as festas de Júpiter; é empregado como precioso documento para a história do tempo dos Reis. E isto constitui, a nosso ver, grave erro. As festas de Júpiter não estão nele de todo ausentes: são as de todos os idos, dias de plenilúnio, e sabemos que nesses dias, todos os meses, os sacerdotes subiam em procissão ao Capitólio. Segundo diz expressamente a tradição, foi Flávio quem redigiu o calendário. Bem mostra êle qual era, nessa data, a importância das festas agrárias: é a história da espiga de trigo que a série das mais ilustres festas conta.

Ogúlnio, que pôs os meninos sob os úberes da Lôba. Possuímos essa velha lôba; tem ainda, numa pata, o sinal do raio que a fustigou no ano 65, anunciando o grande perigo que se preparava para o consulado de Cícero. Essa velha lôba é, provavelmente, obra etrusca do ano 500 mais ou menos. Mas a lenda dos meninos Rômulo e Remo é mais tardia. Retenhamos a data de 297, em que os edis fizeram com que se fundisse o grupo dos meninos e o colocaram sob a lôba.

Foi também por êsse mesmo tempo que o nome de Roma se tornou famoso no mundo grego. Bem recentemente, disso encontramos um testemunho que muito impressionou os eruditos. Um papiro forneceu um fragmento do sumário de uma poesia de Calímaco, escrita aparentemente em 260 mais ou menos: o poeta aí celebra o dito heróico de uma mulher romana; como seu filho, que um ferimento tornara coxo, evitasse aparecer em público, ela lhe disse que devia glorificar-se com o seu defeito, considerando-o uma grande honra. Ora, fôr ferido de guerra não é senão o cônsul de 293.

Foi em 273 que se concluiu a amizade entre Roma e o Egito. É grande erro não se ver nesse fato mais do que uma cláusula de estilo. Um texto quase contemporâneo, de Licofronte — do qual um belo estudo de Picard acaba de determinar a data certa — diz que Roma e o Egito concluíram um acôrdo para dividirem entre si o cetro da terra e do mar; e acaba-se por se obter a prova de que o Egito teve, então, de concluir com Roma essa união monetária que esta procurara até então com Tarento.

O estudo das origens das civilizações clássicas muito deve às comparações tiradas das sociedades selvagens. A obra de Frazer sobre o *Ramo de Ouro* continua sendo para nós uma compilação muito preciosa. Mui recentemente, um sábio holandês, Wagenvoort, elucidou devidamente a noção do *imperium* romano, comparando-o com o *mana* das sociedades australianas. Melhor seria, a nosso ver, comparar a sociedade pastoral da primitiva Roma com uma sociedade selvagem de tipo puramente pastoril, tal como, por exemplo, a dos massai da África. Verificar-se-ia, de um lado e de outro, que a religião tende a um monoteísmo, que o regime da família é patriarcal.

Reclamamos, sobretudo, que se dê extrema importância ao papel da noção de *fides*, boa fé, no primitivo direito romano. Erramos ao dizer que esse direito é inteiramente formalista e frio. Na realidade, não há em direito romano primitivo noção mais essencial do que essa de *fides*. O que diz o general romano vencedor a um povo vencido? Convida-o a confiar na *fides* de Roma, a ter confiança em Roma, a entregar-se a ela, afiança-lhe que Roma só pensará no bem de quem se entregar em suas mãos. Os modernos têm tanta dificuldade em imaginar tal modo de proceder, que, sem razão, contestam a narrativa formal que é feita da entrega de Cápua às mãos de Roma. É, entretanto, muito certo que as coisas se passaram desse modo. A fim de obter socorro de Roma, a gente de Cápua não hesitou em entregar-se-lhe, pois depositava confiança na sua *fides*. Uma moeda de prata cunhada em Locros, em 276, durante a guerra de Pirro, representa Roma sentada diante de uma divindade denominada Pistis, isto é, Fides (confiança). Ainda mais tarde acontecia dizer Roma a um povo vencido: escolhei, quereis um tratado segundo as leis? Não preferis entregar-vos à nossa *fides*? A nosso ver, melhor seria que confiassem na *fides* de Roma. Não tardou, porém, o momento em que os romanos perderam o sentimento dos deveres morais que contraíam com os povos que confiavam na sua *fides*, e foi pelo abuso dessa palavra que trataram Cartago com atroz crueldade.

É essa noção fundamental, evidentemente, que explica a natureza do imperialismo romano, e Cícero tem tódia a razão ao dizer que a dominação de Roma sobre o mundo constitui antes uma proteção que um jugo.

Se, porém, a noção de *fides* explica a forma da política de Roma, parece certo que as noções profundas são ditadas pelo interesse econômico. Nada é mais expressivo, por exemplo, do que o mapa da Nova Geografia universal que indica o traçado das vias romanas, que, na Itália Central, coincide exatamente com o dos percursos de transumância: é evidente que disso decorrem conclusões muito graves. Cabe a Albert Grenier o mérito de haver, pela primeira vez, demonstrado que a política de Roma fôra, em sua origem, dominada pela necessidade de se garantir a liberdade das estradas de transumância; a nosso ver, porém, não lhe assistiu razão ao julgar que essas preocupações deixaram, desde o V século, de influenciar a política romana, porque a criação dos rebanhos transumantes se teria então interrompido, para continuar somente no tempo de Catão-o-Antigo. Parece-nos evidente que tal interrupção não se realizou. A história de Roma foi, até o III século, uma história de bois e de carneiros. Foram os carneiros que abriram caminho para os exércitos. É fácil ver que a mais antiga via romana, a via de Reate, na Sabínia, é uma estrada de transumância. Ora, a Reate iam, no verão, rebanhos oriundos do tabuleiro da Apúlia. Foi seguindo esses rebanhos que os romanos

penetraram na Apúlia. A tradição sabe perfeitamente que foi disfarçando-se em pastor que um Fábio, em 310, conseguiu penetrar no norte da Etrúria.

Karl Marx, em luminosa nota do *Capital*, diz que é a história da propriedade agrária que explica tôda a história de Roma. Tem razão em acentuar a importância dos problemas agrários, não, porém, em desconhecer que muito cedo entraram os interesses dos capitalistas em conflito com os da classe agrária. Os belos estudos recentes sôbre a história da moeda romana permitem escrever páginas totalmente novas acêrca da história das finanças de Roma. Sabemos agora que cada uma das grandes guerras, desde o III século, foi seguida de uma crise monetária que provocou a inflação, acompanhada de desvalorização. Ao mesmo tempo, a conquista romana provocava, nos povos vencidos, catástrofes monetárias. O próprio denário de prata aparece cêrca de cem anos depois da data tradicional, apenas em 179, e assinala um momento de estabilização. Não terminaram, porém, ainda, as manipulações monetárias, que reaparecerão quando a política do partido popular fizer vultosas despesas. Pode-se acompanhar o conflito entre os agrários, partidários da inflação, e os democratas, partidários da revalorização monetária.

Dêsse modo, tôda a história da segunda parte da República romana assume aspecto mais realista. Políbio notou, já, que, por volta do ano 150, os romanos tinham o seu dinheiro colocado nas sociedades financeiras, que distribuíam espécies de ações, de obrigações; tôda Roma volvia os olhos para a cotação da Bôlsa; Cícero descreveu de modo surpreendente a ruína financeira causada, em 88, pela guerra de Mitridates. Cabe, mesmo, perguntar se a vida econômica não foi, desde essa época, atravessada por crises de todo semelhantes às que, periôdicamente, abalam, entre nós, todo o edifício capitalista das sociedades modernas. É impossível não se reconhecer que, pelo ano 33 de nossa éra, no reinado de Tibério, a economia romana sofreu uma crise exatamente comparável aos fenômenos econômicos que denominamos: brusca restrição de crédito, falências; ela foi debelada por adiantamentos feitos pelo Estado. Ora, a crise que a República atravessa no tempo de Catilina é bem semelhante: os credores recusaram-se a renovar seus créditos, os que pediam dinheiro emprestado foram obrigados a fazer vendas forçadas; Cícero serviu-se do recurso típico dos Estados modernos em tais circunstâncias: a confiscação do ouro. Mandou vigiar em todos os portos a partida dos navios, para certificar-se de que não levavam ouro. A moratória era a única solução. Cícero, porém, era o defensor dos financistas e tomou a decisão mais maléfica de tôdas: obrigar os devedores a apressarem a venda dos seus bens, justamente no momento em que estavam desvalorizados.

A história do começo da república romana é uma história de bois e carneiros e ela é estudada examinando-se o percurso das estradas de transumância. A história do fim da república romana é a das sociedades financeiras que exploravam o mundo conquistado, e não a compreenderemos bem sem possuímos as taxas da Bólsa, que funcionava no Forum, bem perto do templo dos Castores.

Gostaríamos de narrar um episódio pouco conhecido da vida comercial da época; ninguém teve sua atenção voltada para um dos descobrimentos mais surpreendentes destes últimos meses. Um sábio francês trouxe de Oc-eeo, perto de Saigon, uma coleção de sinetes inspirados pela arte helenística e romana, de cujo interesse falaremos agora mesmo; notou esse sábio que os indígenas usam atualmente adornos bárbaros feitos, se não nos enganamos, de espinhas de peixes. Ora, (e isto é admirável) no Museu do Palatino, em Roma, êle viu os mesmos adornos, disseram-lhe que foram encontrados debaixo da chamada *casa dos grifos*. Em junho último, estivemos em Roma, visitamos o Museu do Palatino, e o diretor, eminente sábio, não conhecia a observação feita pelo francês. Examinando os mostruários, reconhecemos, efetivamente, esses adornos bárbaros.

Que é, porém, a *casa dos grifos*? É uma casa republicana, construída na época do nascimento de Cícero; foi recoberta pelos aterros e alicerces do palácio de Nero, a princípio, e, depois, do palácio de Domiciano. Se, realmente, esses adornos foram encontrados em tal lugar, deveriam ter sido aí abandonados cêrca do ano 100 antes da éra cristã. Repetimos: que o descobrimento precisa ser verificado, é necessário ter-se certeza do local em que foram encontrados e dos lugares de que provieram tais ornamentos. Se esse descobrimento se confirmar, apresentará a nosso espírito um maravilhoso objeto de fantasia. Não podemos ficar por demais surpreendidos. Os Ptolomeus mantinham relações regulares com a Índia. É muito possível que o descobrimento das monções, que tanto facilitou o comércio através do Oceano Índico, date justamente de cêrca do ano 100. Atribui-se esse descobrimento a Eudóxio de Cízico, que explorou o Oceano Índico. Tentou, mais tarde, realizar o périplo da África, partindo do Atlântico. Seu nome deve ser lembrado como o de um valente precursor de Vasco da Gama. Nada de admirar, portanto, se, pelo ano 100, alguns comerciantes atingiram a Indochina. Era, aliás, ao mesmo tempo que se abria uma rota comercial através da Ásia Central, entre a China e o Ocidente. A primeira caravana que os chineses enviaram rumo ao Ocidente, depois de haverem afugentado os hunos da terrã dos hêrvios, data justamente do ano 106 antes de Cristo.

A *casa dos grifos* é assim chamada por causa de um belo adôrno de grifos esculpidos em baixo-relêvo. O país dos grifos, porém, é justamente a Sibéria, onde esses monstros eram conside-

rados como guardas do ouro. Ousaríamos dizer que, mesmo na ornamentação das paredes dessa casa, cremos reconhecer um estilo oriental? Eis-nos, pois, na casa de um desses ricos cavalheiros, capitalistas da época; tinha, talvez, capitães que se divertiam trazendo-lhe jóias da Malásia; pena que Cícero tenha sido tão pouco curioso por tudo que não fôsse a própria Roma. Ao invés de suas conversas filosóficas, pedantes, com Lúculo nos jardins de Baías, o que não daríamos para que ele nos tivesse narrado suas conversas na casa dos grifos com um comerciante que voltasse da China... Seu hóspede ter-lhe-ia oferecido um colar melanésio para sua filha Túlia...

Novidade a respeito de Cícero é o que nos traz um livro de Carcopino; é escrito com um tom de ódio, contra o qual protestamos; acha o autor que a correspondência de Cícero foi publicada por Otávio, com o fito de desonrá-lo, que Cícero foi vendido por Ático, seu melhor amigo, e por seu próprio filho. Essas teses extremas não serão aceitas facilmente. Admitimos de boa mente a data de publicação proposta por esse autor, quatro anos antes da batalha de Ácio; somos, porém, levados a crer que Otávio quis honrar a memória de Cícero. Nessa admirável coleção, que constitui a mais sincera das confissões, é fácil encontrar armas contra os políticos de todos os partidos, tanto contra Pompeu como contra César e contra o próprio Cícero. É o panorama de toda uma época pré-revolucionária que revive diante de nós.

Cícero não é um grande político, e é pena. Nunca deixou de ser um burguês *parvenu*, que se exasperava com o desprezo condescendente dos grandes que utilizavam o seu talento, que se distanciava do povo pelo horror à desordem, ficando demasiado atento aos interesses das sociedades financeiras de que era advogado; na realidade, porém, tinha razão em considerar como a obra-prima de sua vida o fato de ter realizado, por algum tempo, a aliança dos grandes senhores da finança. É essa aliança que Otávio conseguirá, um dia, revalidar; é nela que, por dois séculos, repousará a solidez do regime imperial. É impossível que Otávio não tenha sentido a íntima afinidade de sua política pessoal com as hesitantes e desastradas aspirações de Cícero.

Aproximamo-nos da época cristã. A velha religião pagã não mais bastava às almas piedosas. Suas festas eram, na maioria, ritos agrários; permitem acompanhar de mês a mês o crescimento da espiga de trigo, as transferências dos rebanhos. Platão fôra o profeta de um culto metafísico a que pertencia o porvir, e mesmo nas obras de Cícero, que tão mal conhece Platão e que, na realidade, permanece descrente e céptico, podem notar-se os progressos dessa religião filosófica.

Devia esta entrar em concorrência com a revelação divina que se fêz na Galiléia. Gostaríamos de assinalar um descobrimento que acaba de causar admiração a todos os que se preocupam com as:

origens cristãs. Descobriu-se recentemente na Palestina um tesouro de velhos livros escondidos numa gruta, no começo da era cristã. Nele se encontram os mais antigos manuscritos de certos livros do Velho Testamento. Decifrou-se, também, nele, um comentário das profecias de Habacuc(2). Ora, eis o que Dupont-Sommer reconstituiu, baseado nesse comentário: Jerusalém assistiu ao aparecimento de um filho de Deus, um Messias, que foi martirizado. Ele reapareceu pouco tempo depois, durante uma festa judaica, que coincidia com uma catástrofe. É preciso datar esses surpreendentes acontecimentos; Dupont-Sommer data o suplício do Messias de 65 antes da era cristã; teria reaparecido em 62, quando, aproveitando-se de uma festa judaica, Pompeu tomou Jerusalém. A lembrança desse Messias teria sobrevivido na misteriosa seita dos essênios, esses ascetas que viviam na meditação e na pobreza e entre os quais freqüentemente se reconheceram, de fato, os predecessores dos cristãos. Um Messias supliciado em Jerusalém exatamente 100 anos antes de Cristo. Se esse descobrimento se confirmar, ficará bem evidente que a história das origens cristãs terá novas luzes. E, antes de tudo, será muito difícil negar, como fez James Frazer, a existência histórica do próprio Cristo.

Quanto à história do fim da República, as escavações arqueológicas poucas novidades trouxeram. Assinalamos a casa dos grifos, encontrada sob o Palácio Imperial. Quanto à própria Roma, pedimos escusas por aludir a um descobrimento um tanto ignóbil; nas escavações profundas do Forum, ao sul do Palatino e ainda em dois lugares, encontrou-se um estranho tipo de edifício, com corredores providos de cubiculos; as inscrições infames não permitem duvidar tratar-se dos lupanares de Roma.

Melhor é transportarmo-nos a Preneste. As destruições de guerra revelaram aos arqueólogos as partes altas do templo da Fortuna. O templo estendia-se por uma série de terraços nas encostas dos montes; era tão vasto que o pequeno burgo de Palestrina aí se estabelece; mal se conheciam, porém, as disposições dos terraços superiores, as compridas rampas das procissões, os arranjos teatrais dos pórticos; a peregrinação a Preneste fará com que reviva, em sua magnificência, um dos lugares mais sagrados do Lácio.

Seria, porém, injusto falar apenas de Roma e deixar no esquecimento os vencidos.

Roma impôs sua cultura e sua língua a povos que possuíam, também, longa tradição; esta, porém, foi interrompida ou momentaneamente sufocada. A arqueologia faz com que esses povos oprimidos revivam para nós, e cada nação européia se preza de remontar a esses longínquos antepassados.

(2). — Habacuc, um dos doze pequenos profetas judeus; viveu entre 650 e 627 a. C. (Nota do tradutor).

Queremos sòmente chamar a atenção para o interêsse das escavações da Gália meridional. Ai se exploram pequenas praças fortificadas, *oppida*, visitadas pelos primeiros colonos gregos. O conhecimento que temos das ruínas de Marselha foi renovado em consequência do brutal aniquilamento, exigido pelos alemães, do Velho Pôrto. Reapareceu o pôrto grego e também o romano. É admirável encontrar de novo aqui, na cronologia das cerâmicas, essa mesma interrupção no V século que notamos na Itália Central. A Marselha do VI século, porém, como a Roma dos Tarquínios, devia ser uma cidade ativa e brilhante; ela reassumirá sua atividade no IV século.

Gostaríamos, sobretudo, de insistir na extrema importância dos descobrimentos feitos num *oppidum* situado pouco ao norte de Aix-en-Provence, Entremont, aparentemente capital do pequeno povo dos sályes. Reconheceu-se aí todo o traçado da muralha, o desenho das paredes e o plano das casas; tais construções datam aparentemente do II século antes de nossa era. Mostram que êsse povo atingira alto grau de civilização. Principalmente, porém, encontrou-se um santuário ornado de grande número de estátuas de heróis, de pé ou agachadas; suas mãos estão postas em cima de cabeças cortadas cuja cabeleira acariciam docemente. O abominável rito da degolação caracterizava o culto gaulês; os templos eram enfeitados com pilares sôbre os quais se esculpíam cabeças cortadas. Mostramos que uma categoria de gladiadores, que não se encontra na Gália, se constituia dos chamados *trinqui*, que eram, talvez, condenados à degola. As estranhas estátuas de Entremont, que são, atualmente, o orgulho do Museu de Aix, constituem um documento novo dêsse rito bárbaro; representam, aparentemente, chefes mortos, cujos dedos aspiravam mágicamente a vida que ainda reside nas cabeças cortadas. A série das estátuas foi brusca-mente interrompida pela conquista romana, em 125 antes da era cristã. Imitam, pelo estilo, as estátuas arcaicas. Cremos, de nosso lado, que as estátuas arcaicas de Marselha deviam ter sido, por muito tempo, os modelos de que se inspiravam os povos bárbaros. Em todo caso, Entremont, com seus muros, suas estátuas, revive para nós tal qual se erigia em sua alta colina, quando surgiram as legiões que Marselha chamara em seu socôrro.

A história de Roma, das origens ao fim da República, foi transformada principalmente por causa da atenção dada a três espécies de cogitações:

1.º) — Em primeiro lugar, a pesquisa das origens foi ligada às investigações da pré-história e de etnografia; lembremo-nos da surpresa que tivemos ao folhear a Introdução à História Romana de Modestov. Tratava-se nessa obra apenas de cacos, de fivelas, de ritos funerários; estamos, atualmente, habituados a êsse método. O problema dos indo-europeus passou para o primeiro plano de nossas preocupações. Os museus italianos de antiguidades, como

os de Villa Giúlia, em Roma, e o de Florença, conservam religiosamente inúmeros vasos de estranho ou bárbaro perfil. Ainda não conhecemos a verdade, é certo, porém, que a conheceremos. Esse mistério de nossas origens é importante para todos os que receberam por herança a civilização latina. Os primeiros indo-europeus que entraram na Itália eram pastores nômades: é preciso que o seu caminho seja reconstituído até a sua origem.

2.º) — Outro problema fundamental é o do imperialismo romano; quais as forças que impeliram Roma à conquista do Império? Dedicamos vários cursos à pesquisa das causas das guerras de Roma. Recentemente, um sábio alemão, Gelzer, afirmava que o imperialismo romano tem origem religiosa: os romanos conquistaram o universo por se terem convencido de sua missão divina; os historiadores e os poetas da época de Augusto celebraram essa missão. A nosso ver, porém, é uma interpretação literária. Foram as forças econômicas que arrastaram Roma ao caminho dos combates. Essas forças não eram, naturalmente, no tempo dos pastores semi-nômades, as mesmas que no tempo dos capitalistas e banqueiros. Relacionar estreitamente a história econômica e a história política constitui uma das tarefas fundamentais do historiador.

O problema consiste em saber-se em que condições a força militar de Roma foi posta a serviço dos interesses econômicos. É dêsse modo que se deve formular o problema. Não duvidemos de que a destruição das grandes praças bancárias de Corinto e Cartago, no momento do apogeu, foi exigida pelos capitalistas de Roma; disso duvidar seria o mesmo que negar uma evidência.

3.º) — A história religiosa, porém, exige atenção igualmente vigilante. É certo que os recentes trabalhos sôbre a evolução do pensamento filosófico e religioso durante a República constituem contribuição de primeira ordem para a história das origens cristãs.

*
* *

Como se explica a crise que liquidou o regime republicano? “Uma democracia não pode governar um Império”, proclama certa fórmula mordaz de um livro muito bem feito de Ronald Syme. Dizem as cartas de Cícero, desde o ano 54 antes de nossa era, que não há mais república, que se sente um odor de ditadura.

Nas negociações ocultas que resultaram finalmente na fundação do regime imperial, bem evidente é que o papel desempenhado pelos homens de negócios e banqueiros, como um Balbo, um Postúmio, foi decisivo, e que Augusto não foi, a princípio, mais que um testa-de-ferro.

A definição do regime imperial sempre preocupou os historiadores de direito público. No tempo de Augusto, Roma não é mo-

narquia, não é mais república. Entretanto, todos os órgãos republicanos continuam suas atividades, sendo, porém, o seu funcionamento paralizado pela vigilância dos príncipes. Para definir tal dualismo, Mommsen inventara o termo *diarquia*. Podemos dizer que o aparecimento dos regimes de tipo fascista muito contribuiu para se esclarecer o problema: revelaram-nos como e por que motivo um Protetor surgia e destruía as antigas instituições, que êle parecia defender; Otávio considerava-se um *dux*, e o termo tornou-se para nós muito mais claro desde que vimos um *Führer* em ação.

Os interessantes estudos dedicados nestes últimos anos à autoridade imperial inspiram-se, mais ou menos, e com razão, nas observações de nossa história contemporânea; sobretudo, porém, a política de Augusto e de seu continuador, Tibério, acaba de ser para nós admiravelmente ilustrada por uma inscrição gravada em uma placa de bronze em Magliano, na Etrúria, e que chegou a nossas mãos quase intacta. Trata-se nada menos do que da lei eleitoral, que nos revela como se elegiam os cônsules, no começo do Império. Essa lei data da época de Tibério, mas permite reconstituir uma lei semelhante, que data do tempo de Augusto. Será necessário dizer-se que conhecemos muito mal todo o sistema eleitoral de Roma? Constitui isso uma das lacunas mais graves de nossa ciência. O descobrimento da referida placa é, pois, um grande acontecimento. Não foram ainda feitos, a seu respeito, numerosos estudos, e gostaríamos simplesmente de mostrar o seu significado essencial. Augusto destinava sua sucessão aos filhos de Agripa, os príncipes da juventude, Caio e Lúcio Césares, que êle adotara. Ambos morreram prematuramente. A fim de honrá-los, imaginou-se isto: os votos nas eleições romanas eram dados não *per capita*, mas por secções. Augusto criou novas secções, em que somente votariam os senadores e os cavaleiros mais ricos. Por ocasião das eleições consulares, tais secções emitiam votos preliminares. A escolha que as mesmas fariam seria atribuída ao nome dos príncipes mortos: dir-se-ia: "Caio César vota por êste", "Lúcio César vota por aquêle". Mais tarde, Tibério, após a morte de Germânico, e, novamente, após a morte de Druso, criou também novas secções em nome dêles.

Ora, o voto emitido por um pequeno número de privilegiados, em nome dos príncipes, dava origem a uma lista de candidatos entre os quais os eleitores eram obrigados a escolher. De semelhante mecanismo tudo ignorávamos: repetíamos que o povo continuara a eleger os magistrados até à morte de Augusto e que, nesse momento, Tibério fizera com que passasse para o Senado o direito de eleger os cônsules e os tribunos. Dizíamos ainda que as candidaturas oficiais, aliás, falseavam o exercício do voto.

Agora, porém, vemos, na realidade, como é que, desde a época de Augusto, no ano 5 de nossa era, uma lei confiou a um grupo

restrito uma espécie de direito de proposição, a que o nosso texto dá o nome de "destinação". Tais proposições preliminares limitavam estreitamente a liberdade de escolha pelo povo.

Os historiadores não terminaram o exame dêsse texto admirável que lhes acaba de ser revelado. Todo o mecanismo do voto, sorteio das secções, afixação do nome dos candidatos, disposição dos cestos em que se depositavam as cédulas, fechamento dos cestos antes da contagem dos votos, tôda essa organização nos é descrita, pela primeira vez, de modo extremamente minucioso.

Êsse descobrimento permitiu mais uma vez a verificação da estranha incúria de Tácito. Ao resumir o texto dos novos votos por ocasião da morte de Germânico, êle silenciou quanto aos artigos que modificavam as regras do voto. Em outra parte, dá, sobre o regime eleitoral, uma indicação breve e falsa. Êsse admirável artista é um historiador sem seriedade. Em todo caso, difícil é negar que Augusto haja inventado, sem dúvida alguma de acôrdo com Tibério, um modo audacioso de falsear o escrutínio. Raro é que os ditadores possam abster-se dêsse subterfúgio. Mas a lei eleitoral votada no ano 5 de nossa era, por duas vêzes revista no reinado de Tibério, constitui extraordinária fraude.

Não insistiremos quanto à evolução dêsse regime hipócrita, inventado por Augusto. Aos poucos, aumenta a participação dos provincianos no govêrno do império, ao passo que diminui a dos italianos. Não se pode deixar de mencionar as belas pesquisas dos sábios belgas Lambrechts e Laët sobre a composição do Senado. Mostraram êsses sábios que o grande progresso dos provincianos data da época de Trajano, que os italianos, entretanto, constituíam, durante o século dos Antoninos, pouco mais da metade do Senado, e que é apenas no tempo de Severo que os provincianos se tornam maioria.

Muitas páginas da história do regime imperial foram reconstituídas pelos descobrimentos de inscrições, papiros, fragmentos de vasos; citaremos apenas alguns exemplos. Os juristas ficaram comovidos e cativados pelo curioso descobrimento, feito em uma casa de Herculano, dos autos de um processo de liberdade. Certa mulher idosa, Calatória Têmis, reivindicava como sua liberta uma jovem que dizia chamar-se Petrônia Justa; segundo a velha senhora, Petrônia nascera de uma de suas escravas e ela a libertara; a jovem, porém, pretendia que sua mãe já era liberta quando ela mesma nascera, e que, por conseguinte, ela nascera livre. Os documentos novamente encontrados fazem com que recuperemos as intimações de comparecimento diante do pretor de Roma, bem como os testemunhos selados. "Sei que ela é livre", diz uma dessas testemunhas, "porque eu mesmo negociei com o marido de Calatória, a fim de que êle aceitasse o reembolso das despesas que tivera com a alimentação de Justa e entregasse a filha à mãe".

“Sei que ela nasceu escrava”, diz outra, “e que foi Calatória que a libertou”.

O caso é, a meu ver, muito claro. Justa foi abandonada pela mãe e recolhida pela patroa desta, que a educou com ternura, mas como escrava; é o próprio tipo dos *alumni*. Ora, os filhos abandonados podiam ser indiferentemente recolhidos para serem adotados ou escravizados. Se eram escravizados, podiam mais tarde procurar provar que haviam nascido livres. É esta a história de Justa, e ofereceu-se aos que educaram a menina o reembolso dos gastos de alimentação. Na ausência, porém, de qualquer documento de estado civil, não era fácil provar que a mãe de Justa ainda era escrava ao abandonar a criança. Não havia, sem dúvida, outro recurso senão a contagem dos testemunhos. Nos documentos que nos restam, os testemunhos a favor da liberdade são os mais numerosos. Os sábios que, dia após dia, tiveram a emoção de reencontrar êsses autos, esperavam que um documento faria com que se conhecesse, finalmente, o julgamento; esta esperança, porém, não se concretizou.

Insistimos nesta historieta porque ela faz com que reviva para nós uma curiosa página da história do mundo servil.

É preciso dar-se importância bem diferente aos documentos que nos permitem reconstituir a história agrária; à medida que conquistava o mundo, Roma cadastrava-o. É principalmente às fotografias aéreas que recorreremos na época atual para restaurar o desenho das divisões em quadrados traçadas no solo pelos agrimensores romanos. Recentemente reconheceu-se, na região oriental da Tunísia, em espaços imensos, não somente a divisão em quadrados, que cremos remontar ao tempo de Tibério, como também, no interior dessas divisões, os limites das propriedades.

É, porém, ao descobrimento que o Cônego Sautel acaba de fazer em Orange que deveremos a reconstituição do mais importante documento que da história agrária de Roma possuímos; perfurando o solo para instalar o cofre forte de um banco, pouco ao norte do famoso teatro, caíram os operários num verdadeiro “ninho de mármore”; tinha havido nesse local, no fim da época romana, um montão de pedras em que se haviam acumulado os fragmentos dos relevos que adornavam o teatro, pedaços de estátuas e, finalmente, em muito grande número, fragmentos de inscrições gravadas em pedras.

Ora, tais fragmentos pertencem a um cadastro-gigante que correspondia a toda a superfície da colônia de Orange, fundada na época de Augusto. Mede, no mínimo, 8 metros de comprimento por 6 de largura. No interior da divisão em quadrados, na qual cada parcela está rigorosamente numerada, foram traçados, bem grosseiramente, os rios, os aquedutos. Num desses fragmentos acreditamos reconhecer o Ródano.

Finalmente, para cada parcela, o cadastro fixa com precisão a categoria das terras que aí se encontravam: terra dada aos veteranos, terra restituída aos antigos habitantes, terra pertencente à comuna de Orange. As terras da comuna são alugadas com escritura de arrendamento perpétuo, o cadastro indica as tarifas, variáveis conforme os lotes, e os nomes dos primeiros adjudicatários. É bem evidente que a finalidade do cadastro consiste justamente em fazer-se o inventário das terras comunais. Não é um documento de Estado. Devia ter sido gravado pelos empregados da comuna de Orange quando o imperador Domiciano entregou às colônias as terras que não haviam sido distribuídas quando da fundação e que o imperador havia, provisoriamente, reservado para si.

Tal documento muita coisa nos revela sôbre as categorias de terras e as tarifas. Sobretudo, porém, esperamos poder localizá-lo devidamente. Temos que identificar os rios cujo curso está traçado. Um dia poderemos repor em seu devido lugar as fronteiras romanas, ver que influência exerceram sôbre a paisagem e saber se algumas delas permaneceram imutáveis através dos séculos. É claro, por exemplo, que o limite setentrional do departamento de Vaucluse, que era idêntico ao do Condado Venaissin, coincide com traços de fronteiras romanas.

Foi ainda a fotografia aérea que permitiu encontrar novamente, nas fronteiras da Síria, o vestígio de obras que não são percebidas pelas pessoas que estão em terra. O R. P. Poidebard aplicou êsse método notavelmente na reconstituição da fronteira estratégica, o *limes* da Síria (3). Por mais de uma vez, descendo à terra, tinha êle dificuldade em encontrar de novo o vestígio do fortim que havia visto do alto. O mesmo método foi empregado recentemente para o estudo da fronteira meridional da África romana. O belo livro intitulado "*Fossatum Africae*" (4) encerra uma série de surpreendentes fotografias e renova completamente a história dêsses confins africanos.

A fotografia aérea revela também o vestígio dos pés de oliveira de vastas plantações em regiões atualmente desertas.

A influência romana, porém, estendia-se para muito além das conquistas do Império. Os sábios escandinavos estabelecem metódica classificação dos objetos de bronze que eram exportados desde a Itália até ao norte da Europa.

Os descobrimentos mais surpreendentes foram feitos nos países do Oceano Índico. Não se ignorava que os romanos tinham comerciado com os tamuis da Índia e que tiveram, até, em Misore, na costa de Bengala, um templo de Augusto. Sabemos, porém,

(3). — Vide a obra de A. Poidebard. — *La trace de Rome dans le désert de Syrie*, Paris. Paul Geuthner. 1934 (Nota do tradutor).

(4). — Jean Baradez. — *Vue aérienne de l'organisation romaine dans le Sud-Algerien. Fossatum Africae*. Paris. Aux Éditions Arts et Métiers Graphiques. 1949 (Nota do tradutor).

atualmente, que, perto de Pondichéry, em Virapatnam, pode-se reconhecer um estabelecimento romano. A cerâmica do tipo de Arezzo, que aí se encontra, data do século I de nossa era. Curiosas instalações industriais parecem explicar-se pelo preparo das musselinas.

Mais longe ainda, perto de Saigon, em Oc-Eo, foi encontrada grande quantidade de sinetes de comerciantes. Provam os mesmos que a influência romana ainda perdurava nessas regiões, no início do Baixo-Império.

Até nas estepes da Ásia Central se reconhece a passagem dos comerciantes romanos ou de soldados prisioneiros. O que, porém, preocupa os sábios é, principalmente, o estudo da curiosa arte das estepes, que adota motivos babilônicos, estiliza-os e os transmite aos povos germânicos, que deveriam, mais tarde, introduzí-los no seio dos reinos bárbaros.

Vimos a história dêsse singular Messias que acaba de ser revelada e que morreu justamente cem anos antes de Cristo. É, porém, principalmente a história das origens cristãs que gostaríamos de elucidar. Nada há que acrescentar, por enquanto, aos documentos que retiveram, nestes últimos vinte anos, a atenção dos eruditos, mas cuja crítica permanece enganosa.

Em um quarto de Herculano, acreditara-se que se havia encontrado na parede a impressão de uma cruz e mesmo a presença de um genuflexório; tal miragem desvaneceu-se. Entretanto, de modo algum é impossível que se descubra ter-se dado, no Ocidente, pelo ano 50, a chegada dos primeiros cristãos. Nenhum progresso, porém, foi feito por enquanto.

Continua, contudo, o interêsse em tórno de curioso enigma, uma espécie de palavras cruzadas, que se encontra desde a Itália até ao Oriente: colocando-se as letras em certa ordem, lê-se *Pater Noster* e, nas duas extremidades dessa expressão, um A e um O; dir-se-ia tratar-se de um enigma cristão. Ora, êsse enigma também se lê em colunas de Pompéia; segundo os sábios italianos, êle atesta a prisão de cristãos em Pompéia antes da catástrofe do ano 79; Carcopino, porém, julga que foram gravados muito mais tarde por escavadores clandestinos, e esta hipótese parece-nos preferível.

As escavações autorizadas pelo Santo Padre nos arredores do túmulo de São Pedro davam a esperança de se solucionarem problemas muito graves. Constantino tivera grande veneração pelos apóstolos; dotara o túmulo de Pedro de uma armação de bronze e uma cruz de ouro. No tempo das invasões sarracenas, a igreja fôra profanada. Quando se substituiu a basílica de Constantino pela Igreja de Bramante e Miguel Ângelo, não se tocou no confessionário, o túmulo permaneceu invisível. No século XVII aconteceu que, tendo-se aberto uma brecha na parede do confessioná-

rio, percebeu-se um objeto brilhante entre os escombros. Pediu-se ao papa Gregório XVI autorização para alargar-se a brecha; êle, porém, não a concedeu. Todos os peregrinos que percorreram êsse subterrâneo denominado Sagradas Grutas Vaticanas, que cercava o confessionário, desejavam conhecer o segrêdo escondido por essas brancas paredes. “Mas — escrevia Monsenhor Duchesne — não me desagrada que restem no mundo lugares misteriosos”.

Êsse mistério não existe mais. Tendo um sábio arqueólogo cristão, Monsenhor Wilpert, tido a imprudência de calcular o pêso do bronze de que Constantino teria revestido o túmulo, afirmava ser tal massa irremovível; dizia que ela havia escapado às pilhagens dos sarracenos e que, por conseguinte, seria certamente encontrada de novo. As escavações foram dirigidas por Iosi, arqueólogo eminente, depois que o Santo Padre concedeu autorização. Em consequência dessas escavações, descobriu-se um cemitério pagão muito rico. Sob a nave de São Pedro estendia-se uma verdadeira cidade dos mortos, com ruas, quartos ricamente decorados. Mais tarde, à custa de trabalhos gigantescos, foi essa cidade coberta de espessos aterros. Parece lógico atribuir-se a Constantino êsse imenso trabalho de terraplenagem, feito com o fim de preparar o terreno de sua igreja. A inscrição funerária de uma dessas campas encerra uma passagem do testamento do morto, que determina que êle será enterrado perto do circo. Eis, pois, duplamente confirmada a tradição cristã: o circo de Nero, em que Pedro foi supliciado, ficava muito perto daí; Pedro teria sido enterrado num dos quartos dessa cidade mortuária.

É claro que essa simples comprovação não nos satisfaz; o túmulo do apóstolo é que é preciso encontrar de novo. Um testemunho de cêrca do ano 200 diz que nessa data se erigia no Vaticano o “troféu” de São Pedro; compreende-se, sem que, entretanto, haja certeza nisso, que êsse nome significa túmulo. Em todo caso, a ata das escavações não está publicada e, se êsse silêncio se eternizar, a opinião pública tenderá a crer que São Pedro não se acha lá, sob o magnifico edificio de Miguel Ângelo.

Os que desejam estar em comunhão com a lembrança de Pedro e Paulo devem ir à igreja de São Sebastião, perto das catacumbas. Debaixo dessa igreja, também, as escavações fizeram com que fôsem novamente encontradas, ainda intactas, grandes câmaras funerárias. Acima dessas câmaras, porém, fôra instalada uma espécie de refeitório campestre, a *triclia*. Nas paredes, decoradas de flores e animais, há uma quantidade de inscrições grosseiramente gravadas, que mencionam os nomes dos peregrinos que aí foram fazer um *refrigerium* em honra de Pedro e Paulo; o *refrigerium* é uma oferenda destinada a refrescar o morto, sendo que a origem do rito é egípcia. Por que, porém, ir a êsse local festejar Pedro, morto e enterrado no Vaticano, e Paulo, morto e enterrado na estrada de Óstia? No IV século, uma inscrição do papa

Dâmaso dava a seguinte explicação: "foi aqui que os Santos outrora habitaram" — *habitasse prius*. E compreendia o excelente arqueólogo Lanciani que nessa hospedaria Pedro e Paulo estacionaram quando chegaram a Roma; outra explicação obteve a maioria dos sufrágios: quando da perseguição dos cristãos, no reinado de Valério, em 253, ter-se-ia levado para esse lugar os corpos de Pedro e Paulo, a fim de serem abrigados. Mais tarde foram levados a seus túmulos. Bem romanesco parece ser tudo isso, e é preciso lembrarmo-nos de que as "invenções" das relíquias, como se diz, sempre deram pretexto a graves erros.

Se a história das origens cristãs permanece envolta em mistério, a história do paganismo, em compensação, fêz surpreendentes progressos. Absolutamente não mais consideramos o paganismo como um conjunto de cerimônias arcaicas e ridículas; o paganismo foi renovado pelas especulações filosóficas, principalmente pela ação do platonismo. Os mitos absurdos foram considerados como símbolos de verdades metafísicas; destinavam-se a facilitar o acesso da verdade aos espíritos excessivamente materiais. Assim é que Cumont dedicou um livro à interpretação das imagens dos sarcófagos, nelas encontrando novamente a história da alma e do seu destino. A representação de raptos, particularmente, significa a elevação das almas a Deus. Esse paganismo purificado, aliás, tendia a um monoteísmo: em uma série de notáveis obras, o R. P. H. Festugière mostrou perfeitamente quanto essa evolução do paganismo o aproximava do pensamento cristão. (O Deus dos pagãos — escreve êle — parecia-se cada vez mais com o verdadeiro Deus). Assim, aconteceu que, no tempo de Constantino, os pagãos e os cristãos falavam quase que a mesma linguagem.

Foi, em suma, uma espécie de religião comum, espiritualista, de tendência monoteísta, aquela que professavam os romanos cultos do tempo dos Antoninos. Ao se terem estudado as origens dessa religião comum, nunca é demais ressaltar o papel desempenhado por Platão. Pitágoras, também, exerceu, sem dúvida, alguma ação; todos conhecem essa Capela subterrânea, próxima aos muros de Roma, que Carcopino denominou Basilica pitagórica; será, porém, mesmo uma basilica? Recentes descobrimentos fizeram com que se soubesse que certas câmaras funerárias podem ser desse tipo de basilica. Talvez se trate de um túmulo, do qual todo o conjunto de imagens se explique em função de um simbolismo. É, aliás, provável que alguns pitagóricos, inclinados à magia negra, aí tenham invocado os mortos.

Essa filosofia pagã não deve ser considerada isenta de absurdos. Devemos ao R. P. Festugière a publicação dos livros herméticos, isto é, curiosos libelos que encerram uma revelação atribuída ao deus Hermes, idêntico ao deus egípcio Thot. Neles se encontram, entre desatinos, visões de grandeza poética, mas essas obras são importantes, principalmente, por fazerem com que assistamos

à vulgarização das nobres especulações de Platão. Trata-se de diálogos entre amigos que têm nomes de deuses.

O Egito restituiu aos que examinam êsses difíceis textos coleções quase intactas; a princípio, foi a mala cheia de textos maniqueus, cuja publicação bem longe está do término. Mui recentemente, descobriu-se uma coleção de livros gnósticos, pertencente a um pequeno cenáculo do Alto Egito. Êsses místicos um tanto loucos conseguiram pôr em segurança tôda uma coleção de livros gnósticos e herméticos. Não são rolos, mas já livros que se podem folhear, *códices*; a encadernação de couro está intacta, os caracteres, cuidados como os de um manuscrito medieval e, para admiração dos historiadores, êsses livros dão-nos, no III século de nossa era, os primeiros exemplares da escrita copta. Êsses textos, semi-cristãos, semi-pagãos, constituem para a história das religiões documentos de inestimável valor.

Tal é, pois, a extraordinária fermentação religiosa no seio do paganismo. Lidando com as reliquias de uma época selvagem, recusando-se a romper com uma santa tradição, conseguiam os intelectuais pagãos realizar êsse milagre de constituir uma religião de dogmas sábios e nobres, que não era indigna de enfrentar, um dia, o combate contra o cristianismo, mas que, também, sem dúvida, teria podido unir-se a êle. O patético diálogo entre Símaco e Santo Ambrósio bem resume os têrmos do debate: "Pode-se chegar à verdade por mais de um caminho", dizia Símaco. "Só nós é que possuímos a verdade", dizia Santo Ambrósio.

As escavações arqueológicas também não deixam de contribuir incessantemente com seus materiais. Permitti-nos volver o nosso pensamento para a França; há dois anos, o jovem arqueólogo Duval, nosso discípulo, dedica-se, mesmo em Paris, ao estudo das ruínas dêsse belo monumento romano em que se estabeleceu a casa dos abades de Cluny. O plano do edificio, agora inteiramente reconstituído, é, certamente, o das termas. Não se encontrou, infelizmente, nem moeda nem cerâmica de época romana. O problema da data do edificio, portanto, só poderá ser resolvido por comparações. Essas escavações forneceram, acessoriamente, a prova de que a Paris dos romanos terminava nas encostas da colina de Santa Geneveva. Houve, na realidade, duas Paris distintas, a Paris céltica da Ilha e a Paris romana da colina, e a Paris romana era percorrida por ruas que se cruzavam perpendicularmente. Muito fácil seria encontrar de novo, na Paris atual da margem esquerda, as linhas diretrizes da Paris dos romanos. Nada mais surpreendente que a permanência da rua Saint-Jacques, que continuava pela estrada de Espanha.

Devemos, ainda, assinalar o interêsse em tôrno das escavações de Estrasburgo. N. Hatt prosseguiu as pesquisas de Robert Forrer; fixa com precisão a história das destruições dessa cidade, mártir desde a Antiguidade, que foi, muitas vêzes, destruída pelos

germanos. Pôde, mesmo, situar uma dessas catástrofes no tempo de Trajano, cujo nome de vencedor germânico se explica dêsse modo.

A França pode apresentar aos que se interessam pelo passado romano não mais apenas êsses monumentos suntuosos (o teatro de Orange, as arenas de Arles e de Nîmes), mas também pequenas cidades que ressuscitam, como Pompéia, em maravilhosas paisagens: Vaison, St. Rémy, ao pé dos Alpilles(5), St. Bertrand de Comminges, junto aos Pirineus.

Para quem quer julgar a história do Império, as perspectivas não são mais as mesmas que as do século passado. O "século de ouro" dos Antoninos perde o seu prestígio, a atenção concentra-se em tôrno do agitado período que se lhe seguiu, em tôrno das crises sociais, das convulsões do III século. O objetivo foi, talvez, mesmo ultrapassado. Não é justo depreciar a obra dos imperadores Antoninos. Já tivemos, em outro trabalho, a oportunidade de comparar, na história da escravidão, a ação dos Antoninos com a dos Severos. A primeira é muito mais generosa, mais audaz, mais fecunda; os burocratas dos Severos não acrescentaram muita coisa ao legado dos Antoninos.

É verdade, todavia, que a época dos Severos faz com que assistamos a uma revolução. É o fim do Império romano como Estado colonial. Daí por diante não mais existem no Império cidadãos e súditos: todos são cidadãos. Já se disse que era a maneira pela qual os "povos de côr" se desferraram de seus conquistadores e, ao mesmo tempo, uma tentativa de destruição dos grandes proprietários de bens de raiz. Outrora, ao simples soldado — quase não era possível ir além da graduação de centurião. Daí por diante, pode tornar-se general e até imperador, como Maximiano ou Diocleciano. Assistimos, então, a um esforço muito sincero no sentido de se socorrer aos pobres, ao desenvolvimento de uma verdadeira economia dirigida.

Essa revolução sacudia os próprios alicerces do mundo antigo. Infelizmente, coincidia com violenta investida dos povos bárbaros em tôdas as fronteiras do Império. Investida que, sem dúvida, tinha uma origem no centro da Ásia, onde se movimentavam os grandes povos nômades; tôdas as fronteiras do Império foram invadidas ao mesmo tempo; pôde crer-se que chegara o fim do mesmo.

A arqueologia faz com que revivam essas horas trágicas; todos conhecem essa pequena cidade de Doura, no rio Eufrates; ocupada, no reinado dos Severos pelos romanos, tomada pelas persas em 256, coberta, mais tarde, pelas areias. Com grande surpresa, foram aí encontradas uma capela cristã e uma sinagoga ju-

(5). — Alpilles ou Alpines, pequeno maciço montanhoso de Bouches-du-Rhône, na Provença (Nota do tradutor).

daica, enfeitadas com estranhas pinturas que representam a catástrofe; e assiste-se, mesmo, aos episódios do cerco; em galerias, debaixo dos muros esburacados, surpreende-se o corpo a corpo entre romanos e persas, encontram-se sobre as ossadas essas armaduras que anunciam as da Idade Média. Todos os fortes do *limes*(6) capitularam quase que ao mesmo tempo e, ainda aí, assiste o arqueólogo às supremas batalhas.

Devemos aqui assinalar por que pacientes trabalhos foi fixada a história da moeda romana no decorrer da crise do III século. Possuímos, mesmo, atualmente, diagramas que nos mostram a vertiginosa alta dos preços.

O Império romano é, durante o III século, como que uma crisálida da qual todos os velhos órgãos se liquefazem, se dissolvem, para dar lugar aos órgãos de novo corpo; ao cabo dessa temível crise, surge a Roma do Baixo-Império.

Esse Império cristão do IV século foi, por muito tempo, considerado como época de decadência; parece-nos hoje época de admirável riqueza. É então que surgem edifícios de gosto novo e audacioso, tal como devia ter sido em Constantinopla o da primeira igreja de Santa Sofia; o livro que se folheia substitui decididamente os grandes e incômodos rolos e trabalha-se piedosamente nas edições clássicas; o grande papa Dâmaso anuncia as páginas da Renascença; convida São Jerônimo a redigir uma edição crítica da Bíblia; aos poucos vai-se tornando o cristianismo uma religião de Estado; não é, porém, sem dificuldade que vence a resistência que lhe opõe o paganismo, não as milenárias superstições dos camponeses, mas a sábia teologia dos intelectuais fiéis ao pensamento de Platão; transforma-se a organização do trabalho, poderosas corporações põem-se a serviço do Estado, a escravidão não é abolida, mas esvai-se aos poucos, diante de um proletariado livre de direito, mas hereditariamente prêsso à sua tarefa.

Merece especial atenção o problema do triunfo oficial do cristianismo. Os cristãos detestavam o Império, que era a cidade do diabo; desejavam a sua destruição; pudera-se, não sem verossimilhança, fazer cair sobre eles a suspeita de haverem tentado incendiar Roma; fugiam ao serviço militar, desaconselhavam a instituição da família. Não podia o Império contar com êsses maus cidadãos. Proibiu, entretanto, o imperador Constantino que os cristãos fôssem perseguidos e convidou-os a participarem de seus conselhos.

Numerosos estudos foram dedicados ao reinado de Constantino; são de J. Vogt e de A. Alföldi os mais recentes. "Dir-se-ia, escreve Vogt, que essa cabeça colossal de Constantino, que surge tão inquietadora na côrte do Palácio dos Conservadores, em Roma,

(6). — Fronteira militar (Nota do tradutor).

continuará sendo, por muito tempo, a Esfinge da ciência histórica”.

Ora concebem-no como homem unicamente inspirado pelo interesse do Estado, ora como perfeito cristão, capaz, até, de redigir preces e sermões. Obstinamo-nos, de nossa parte, em considerá-lo um espírito sincero, que procurava a verdade: devia ao pai uma espécie de culto monoteísta do sol. Foi-lhe, porém, revelado um sinal misterioso, que êle pôs nos elmos, nas armas dos soldados, e que lhe assegurou a vitória. Mais tarde, convenceram-no os padres de que êsse sinal era o de Cristo. Os atos do príncipe dão uma impressão de hesitação, de constantes marchas e contra-marchas, mas um texto de Filóstrato, recentemente encontrado, afirma que Constantino era um homem de ação, brutal e decidido, alternadamente leal e astuto, encantador e desumano. As discussões continuarão, pois, não isentas de paixão. Tôda a controvérsia, porém, está dominada pelos belos trabalhos de Henri Grégoire, que põe em dúvida a autenticidade de um texto essencial, “a vida de Constantino”, conservado sob o nome de Eusébio.

O capítulo da psicologia do primeiro imperador cristão continuará, por muito tempo, a apaixonar os historiadores e todos os que sonham com êsse assombroso golpe teatral pelo qual foi o Império súbitamente entregue àquêles que tanto o haviam detestado e que tantos motivos tinham para detestá-lo.

Os sábios que se dedicaram a narrar a história do Baixo-Império por muito tempo se desviaram da cidade de Roma; a fundadora do Império, a conquistadora do mundo não era, na realidade, mais que uma cidade provinciana; nela se cruzavam, outrora, tôdas as rotas do Mediterrâneo; agora, era pela Itália setentrional que passava o grande tráfico. Os próprios imperadores tinham que afastar-se do seu caminho para irem até Roma. Sabe-se de imperadores que nunca lá foram. O Senado, entretanto, continuava a reunir-se na sua grandiosa sala, que Diocleciano havia restaurado.

Para quem, atualmente, visita Roma, uma das mais profundas emoções é a que se experimenta ao entrar-se na sala do Senado, que os sábios italianos acabam de desembaraçar das modificações por que passara ao transformar-se em uma igreja. Podemos passear pela bela calçada de mármore incrustado que parece estar intacta, percorrer com a vista os nichos de quadros esculpidos, subir os degraus que, de cada lado do corredor central, suportavam os assentos dos senadores. Foi aí que o paganismo agonizante travou as suas últimas batalhas. Era hábito, ao se entrar no Senado, atirar-se um grão de incenso ao fogo que ardia diante da estátua da Vitória. Tal rito causava indignação aos cristãos. Santo Ambrósio exigiu que o fogo fôsse extinto. Foi a ocasião de uma batalha de eloquência que se travou em Milão, diante do imperador, entre Símaco e Santo Ambrósio, e êste último foi o vencedor. Tirou-se do Senado o altar colocado diante da estátua da Vitória e,

mais tarde, a própria estátua; os pagãos, porém, puderam murmurar que, com a estátua, desaparecera a própria vitória.

Belos estudos de Alföldi fizeram com que revivessem para nós os senadores pagãos de Roma. Ousaram imprimir na moeda romana, cada ano, por ocasião dos votos de 3 de janeiro, efígies que celebravam o culto de Isis. Trocaram entre si medalhas comemorativas dos grandes acontecimentos da Roma pagã, êsses medalhões chamados "contorniatos", por causa do seu contôrno ornado de uma profunda linha, cujo segrêdo acaba de ser descoberto por Alföldi. Conhecemos os nomes dêsses grandes senhores, Simaco, Pretextato, Flaviano, que, até o fim, defenderam o culto tradicional. Essa Roma pagã dos derradeiros dias teve sua grandeza, seu heroísmo. É inevitável que os cristãos a tenham perseguido com o seu ódio. De boa mente nós os acusariamos de haverem, por um lado, feito com que malograssem as negociações entre o bárbaro Alarico e a côrte de Ravena, e, por outro, de haverem impellido Alarico contra Roma; e foi a uma cristã, Faltônia Proba, que uma tradição acusou de lhe haver aberto a porta de Roma.

Se quisermos conhecer as casas dêsses grão-senhores, teremos dificuldade em encontrá-las em Roma, mas as escavações de Óstia restituíram as suas luxuosas habitações, distribuídas de maneira encantadora e complicada, com perspectivas de arcadas, com fontes de cativante romantismo e tôdas diferentes das casas de Pompéia ou de Roma.

Qual a causa da ruína do Império? Gostaríamos, talvez, ao finalizar, de meditar sôbre êsse grande problema a que se dedicaram muitos estudos recentes. Habitualmente, êle é resolvido pronunciando-se a palavra decadência. O Império ter-se-ia encaminhado lentamente para o túmulo. A palavra decadência, porém, é muito confusa. Quer-se-á com ela significar o empobrecimento, a desmoralização, a degenerescência? Tôdas essas palavras encerram uma imagem e gostar-se-ia de substituí-las por considerações mais realistas. Certo é que o Império não estava em decadência; assistimos, ao contrário, ao florescimento da arte, das letras e do pensamento religioso. A organização burocrática do Estado é sábia e complicada. As universidades atraíam multidões de jovens que se destinavam ao funcionalismo, o qual, via de regra, se iniciavã pela carreira de advogado.

Pode-se censurar a estrutura social do império, a concentração de imensas riquezas em poucas mãos, a miséria dos pobres, a enorme quantidade de mendigos. Essa miséria, porém, parece ser menos grave do que no Alto-Império, pois a Igreja remediou a situação por meio de asilos, o Estado, com distribuições de pão, com médicos gratuitos. A escravidão é, aos poucos, substituída por novas formas de trabalho mais condizentes com a dignidade humana.

Pode-se censurar a desordem monetária, a volta à economia natural. Os próprios vencimentos dos funcionários são pagos em

objetos naturais. Esse mal, porém, não era irreparável. É claro que o Império ainda dispunha de imenso estoque de ouro.

A crise religiosa é, sem dúvida, mais grave. O cristianismo solapou os alicerces do Império. Aliou-se aos inimigos de Roma, os coptas, no Egito, os bárberes na África do Norte, os povos dos planaltos da Ásia Menor. Depois, como os limites do cristianismo não coincidiam com os do Império, as conversões se fizeram entre os germanos, abissínios e mouros; os bárbaros deram hospitalidade aos cristãos durante as perseguições. Constantino iludiu-se se pensou que acabaria com as disputas religiosas convocando os cristãos ao poder. Não deixaram de dilacerar-se mutuamente acêrca de problemas teológicos, que eram insolúveis. É certo que êsses conflitos ideológicos enfraqueceram gravemente o sentimento da pátria romana, favorecendo, no seio do Império, as revoltas das nacionalidades.

A causa direta da ruína do Império, porém, foi a invasão. Era difícil resistir-se, ao mesmo tempo, em tôdas as fronteiras. As próprias causas da invasão são múltiplas; a pressão exercia-se desde o centro da Ásia. Era nas estepes de Keroulene, era no Lob-Nor que se preparavam as tempestades que desabaram sôbre a Europa. Os hunos impeliavam os alanos, que, por sua vez, impeliavam os gôdos. Ora, o exército do Império havia-se tornado muito medíocre. Por que? Porque os jovens livres fugiam ao serviço militar e porque êste se tornara uma profissão. Todo cidadão deve ser soldado: temos a convicção de que esta máxima vigora ainda hoje. Não sômente os cidadãos não eram mais soldados, como também os soldados dos romanos eram da mesma raça que seus escravos. Como os teriam protegido? Em defesa de Roma estavam os seus piores inimigos.

Escrevemos há pouco tempo: o Império não teve morte natural, foi assassinado; ao escrever, um exército alemão, acampado em território francês assassinava a França. Mas é preciso reconhecer também os erros dos vencidos; onde estavam as corajosas legiões de heróicos jovens que fundaram o Império?

Lembraram-nos por mais de uma vez que, em livro mais antigo, nós nos propuzemos a considerar como causa essencial da ruína do Império o deslocamento das vias comerciais. Daí por diante, a grande estrada do comércio é a rota Reno-Danúbio; nos seus arredores vão surgindo as capitais do Império: Trêves, Milão, Sofia, Bizâncio. O papel desempenhado por Roma terminara. Era nessa grande artéria Reno-Danúbio que devia constituir-se um novo império, que seria denominado Europa. Grandes imperadores com êle sonharam, Augusto, talvez, Marco Aurélio, Maximiano. As invasões bárbaras, porém, não permitiram a realização dessa grandiosa obra. Em última análise, a nosso ver, foi êsse deslocamento das vias de comércio que causou a ruína da Capital do Ocidente, Roma. Para Constantinopla, ao contrário, convergiam

tôdas as rotas marítimas e terrestres que asseguravam a solidariedade dos países do Oriente.

Assim pereceu Roma; em 546, no tempo das guerras entre os gódos e os bizantinos, a cidade imensa permaneceu inteiramente vazia por várias semanas.

Mas sua obra era imperecível; ela nos legou a lembrança de uma obra de justiça, de paz, de grandiosa beleza, tão perfeita quanto possa ser uma obra humana. Muito fêz para preparar a unidade do mundo. Agradeçamos a seus grandes homens por terem trabalhado, como êles mesmos diziam, para o bem do gênero humano.

As duas conferências que tivemos a honra de aqui apresentar corresponderiam ao nosso desejo se corrigissem dois graves erros:

O primeiro é pensar-se que a História de Roma não apresenta mais interêsse para o nosso mundo contemporâneo; na realidade, a lembrança de Roma está ainda bem viva em nossa língua, nosso direito, nossa religião, nossas artes. E Roma fornece à Sociologia materiais muito úteis.

Consiste o segundo em imaginar-se que a História de Roma está escrita e não mais precisa que se trabalhe nela. Tendes visto que ela se renova todos os dias. Tendes percorrido uma grande oficina em plena atividade. Precisamos de trabalhadores, permiti-me esperar que nessa grande obra colaborará cada vez mais a ardorosa e bela juventude brasileira.

ANDRÉ PIGANIOL

Professor do Colégio de França